



Instituto pelo Livre Mercado

BRUSINHA

FREE

FREE

FREE

TAXADO

#NÃOATAÇÃO #BRUSINHAFREE #DEIXAMINHASBRUSINHAS





Você sabe o que é o "De Minimis"?

Marque a opção correta e ganhe um "voucher" de compras

A

No comércio internacional, "de minimis" é o limite de compras online de plataformas do exterior, sem ter que pagar os altos impostos que são cobrados.

B

Processo adotado internacionalmente para simplificar e reduzir a burocracia ao importar itens de baixo valor ou quantidade.

C

Medida que busca modernizar os controles alfandegários, com o objetivo de simplificar e agilizar os procedimentos de comércio exterior e integrar sistemas.

D

Mercadorias importadas de baixo valor, que não compensam o tempo, o dinheiro e o esforço que o governo gastaria para taxá-las.

E

É um limite que torna as compras internacionais mais fáceis e acessíveis.



Todas as opções acima.





Me fale mais sobre o "De minimis"...

Compromisso Internacional de Facilitação do Comércio

Em 2013, o Brasil e diversos países concordaram com o "**Compromisso Internacional de Facilitação do Comércio**", visando simplificar as regras alfandegárias globais e facilitar o comércio internacional.

Uma forma eficiente de direcionar os esforços e recursos do governo

Ao adotar o De Minimis, os países descobriram **novos benefícios econômicos**, uma vez que conseguiram aumentar a eficiência aduaneira, alocando maiores esforços, pessoal e recursos no combate à prática de crimes aduaneiros, bem como assegurando a fiscalização sobre operações de importação que apresentam **maior arrecadação aos cofres públicos**.

O "De Minimis" - Seu Amigo nas Compras

O "De Minimis" é como um **super-herói das compras** da população de baixa renda, já que torna produtos de boa qualidade e custo baixo mais acessíveis para todos.

Qual é o valor de "De Minimis" estabelecido pelo Brasil?

Os valores de "De Minimis" podem variar de nação para nação; no caso do Brasil, o limite estabelecido é de **50 dólares (aproximadamente 252 reais e 18 centavos)**.





Entenda a importância do princípio "De Minimis" e os benefícios em não taxar o acesso da população a valores abaixo de 50 dólares:



Maior liberdade de escolha:

Permite que consumidores e empresas possam estar em contato a uma ampla variedade de produtos de qualidade de diferentes partes do mundo.



Benefício aos Consumidores:

Oferece oportunidade de comprar produtos estrangeiros a preços atrativos, ampliando suas escolhas e opções de compra.



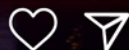
Economia de Custos:

Menores custos administrativos e de conformidade para as autoridades aduaneiras e empresas, pois menos tempo e esforço são gastos no processamento de remessas de baixo valor.



Integração Global:

Alinha-se com padrões e práticas internacionais de comércio, promovendo a integração de um país na economia global.





Aqui estão alguns impactos negativos caso o país estabeleça o fim do "De Minimis":



Aumento de custos para consumidores:

Sem o "De Minimis," compradores enfrentariam impostos e tarifas exorbitantes para pequenas compras internacionais.



Aumento do Trabalho Aduaneiro:

Os órgãos aduaneiros podem enfrentar uma carga de trabalho maior devido à necessidade de processar mais remessas de baixo valor, potencialmente atrasando os procedimentos para remessas de valor mais alto.



Possível represálias comerciais internacionais:

O fechamento do mercado pode ser visto como um obstáculo ao comércio internacional e pode criar tensões comerciais entre países, afetando as relações diplomáticas.



Consequências sociais:

A insegurança jurídica relacionada ao comércio internacional poderia prejudicar o acesso da população a produtos estrangeiros, impactando o consumo e a competição.





! Como o fim do de minimis afeta os brasileiros enquanto outros países prosperam !

Descubra como o Brasil fica em desvantagem! Enquanto os Estados Unidos, México e a União Européia adotam limites generosos de isenção para compras internacionais, o Brasil está prestes a aumentar os custos para você!

A eliminação do princípio "De Minimis" no país pode resultar em preços mais altos para produtos importados, afetando negativamente o seu bolso. Compare e surpreenda-se!

País	De Minimis (Isenção)	Impostos Incluídos no De Minimis	Alíquota para Compras Abaixo do De Minimis	Alíquotas para Compras Acima do De Minimis
Brasil	US\$ 50	Imposto de Importação	17% de ICMS	17% de ICMS + 60% de Imposto de Importação
EUA	US\$ 800	Imposto de Importação	IVA definido por cada estado	Varia de acordo com o tipo de produto, conforme HTS
México	US\$ 119, se enviado do Canadá ou EUA	Imposto de Importação	16% de IVA	16% de IVA + 0 a 35% de Imposto de Importação
Colômbia	US\$ 200	Imposto de Importação e, em alguns casos, de consumo	19% de IVA ou zero se envio parte dos EUA	19% de IVA + 0 a 20% de Imposto de Importação





PAÍSES QUE NÃO POSSUEM DE MINIMIS:

Imagine viver em um lugar onde tudo o que você compra do exterior custa muito mais caro, não importando o valor.

Muitas pessoas nesses lugares lutam contra a pobreza todos os dias. A falta do 'de minimis' torna as coisas ainda mais difíceis para elas.

Afeganistão

Antígua e Barbuda

Argentina

Aruba

Bahamas

Bangladesh

Barbados

Bermudas

Butão

Bolívia

Egito

El Salvador

Haiti

Iraque

Quênia

Líbia

Namíbia

Nepal

Nigéria

Omã

Catar

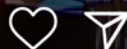
Uganda

Sudão

Tajiquistão

Ruanda

Paquistão





Razões por trás da intenção de taxar compras internacionais abaixo de 50 dólares

Arrecadação de Impostos:

Em razão da necessidade de aumentar a arrecadação de impostos, levantou-se a possibilidade de passar a taxar compras online internacionais, que vêm aumentando em razão do crescimento do comércio eletrônico.

No entanto, não há um estudo detalhado avaliando se a possível receita arrecadada compensaria os altos custos com fiscalização e cobrança, justificando a razoabilidade do seu impacto econômico.

Concorrência Desleal?

Há uma falsa percepção de que o "De Minimis" estaria promovendo uma concorrência desleal com produtos nacionais. No entanto, a alegação de concorrência desleal é uma questão séria que requer uma análise complexa para determinar se a isenção é, de fato, a principal razão para os baixos custos dos produtos importados.

Na realidade, o cerne do problema reside nos elevados custos de produção no Brasil. Esses custos são originados tanto da pesada carga tributária do país quanto de um conjunto de desafios estruturais, burocráticos, trabalhistas e econômicos que têm um impacto adverso no ambiente empresarial.

Dessa forma, a solução não está em fechar o mercado para produtos internacionais, mas sim lutar para reduzir o Custo Brasil, tornando os produtos nacionais mais competitivos não apenas no mercado interno, mas também no cenário internacional.

ENTENDA UM POUCO MAIS →

Escreva seu comentário aqui





Quanto o brasileiro paga em:

**E-commerces
internacionais**



**Lojas fast
fashion nacionais**



**Selecione a alternativa que explique
a discrepância dos preços:**

CUSTO BRASIL

62%

CONCORRÊNCIA DESLEAL

38%

ENTENDA UM POUCO MAIS →

Escreva seu comentário aqui





Combate ao "Custo Brasil" para fortalecer a indústria nacional

Mas o que é o "Custo Brasil"?

Trata-se de um conjunto de fatores que aumentam os custos de produção no país, tornando os produtos brasileiros menos competitivos no mercado global.

Principais problemáticas

Carga tributária elevada com impostos complexos e altas taxas aumentam as despesas.

Burocracia excessiva com processos demorados e burocráticos afetam a eficiência.

Infraestrutura deficiente transporte precário eleva os gastos logísticos.

Mão de obra cara e qualificação insuficiente acabam aumentando o custo da produção.

Juros altos dificultam o acesso ao crédito e encarece o financiamento

Como combater

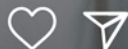
Reforma Tributária: simplifica o sistema de impostos e reduz a carga tributária.

Desburocratização: minimiza processos e diminui a burocracia para empresas.

Investimento em infraestrutura: melhora a logística e reduz custos de transporte.

Educação e capacitação: investe em programas de formação para mão de obra qualificada.

Política monetária responsável: Mantém juros baixos para facilitar o crédito e o investimento.





Instituto pelo Livre Mercado

Principais benefícios do combate ao "Custo Brasil"

Produtos mais competitivos:

Preços mais atrativos para o mercado nacional e internacional.

Estímulo ao empreendedorismo:

Ambiente favorável para novos negócios.

Crescimento econômico sustentável:

Geração de empregos e aumento da produção.

Maior acesso ao mercado externo:

Exportação facilitada de produtos brasileiros.

Melhoria da Qualidade de Vida:

Redução de custos para os consumidores.

O que podemos concluir

O combate ao "Custo Brasil" é **fundamental para fortalecer a indústria nacional** e tornar os **produtos brasileiros mais competitivos**. Isso não apenas **beneficia a economia**, mas também melhora a **qualidade de vida** dos cidadãos e promove o **crescimento sustentável** do país.

ENTENDA A INSEGURANÇA JURÍDICA DO PAÍS →

Escreva seu comentário aqui





Publicação do Decreto-Lei 1.804/1980, Instituição do Regime de Tributação Simplificada – RTS, isentando importações de até 100 dólares para pessoas físicas.

1980

Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) da OMC, com compromissos de reforma nos procedimentos aduaneiros.

2013

1999

Publicação da Portaria nº 156/1999 e da Instrução Normativa nº 96/1999, pela RFB, restringiu a isenção para compras de até 50 dólares e criou a obrigação de que remetente e destinatário sejam pessoas físicas.

2021

Assinatura do "Acordo sobre Comércio Eletrônico do MERCOSUL" para fortalecer diretrizes do AFC.





05/04/23

Deputado Júlio Lopes apresenta PL 1623/2023 para revogar isenção de compras online internacionais.

Min. Haddad anunciou medidas de "plano de conformidade" da Receita Federal para garantir concorrência justa com varejistas brasileiros.

24/04/23

Ministro Haddad prevê arrecadar 8 bilhões com taxação de plataformas de varejo internacionais.

03/04/23

Entra em vigor o Programa Remessa Conforme.

18/04/23

Ministro Haddad recua na taxação de comércio eletrônico internacional por decisão do presidente Lula.

01/08/23

Primeira-dama explica que a taxação visa empresas estrangeiras, não a população.

Isso ocorreu em meio a críticas e discussões nas redes sociais, onde cerca de 70% do público se opôs à medida.

30/06/23

Publicação da Instrução Normativa nº 2.146/2023 condicionando a isenção do consumidor à adesão das empresas ao programa.

12/04/23





O Governo publicamente prometeu que não taxaria as comprinhas internacionais, garantindo que a população de baixa renda continue tendo acesso a bens de qualidade a custo baixo.

Todavia, ninguém contou para a população que existe um esforço, no legislativo, para acabar completamente com a lei que instituiu a isenção.



natachacruz 2 sem

Então não entendi o motivo de ter sido taxada nas últimas compras realizadas. Entendi que a isenção até 50 dólares foi tirada. Se não, por favor confirmem pois pedirei o meu dinheiro de volta.



373 curtidas Responder Ver tradução



olivramanu 2 sem

Desde 1999... eu sendo taxada em 35 reais em uma compra de 60 reais PELA PRIMEIRA VEZ



24 curtidas Responder Ver tradução



digoooo 2 sem

Comprei um produto de 24 reais e fui taxado em 20!!!! Vou processar a União e usar esse post como referência de informação oficial! Recomendo aos que forem taxados para que façam isso! Vamos brigar pelos nossos direitos!



130 curtidas Responder Ver tradução



reithonbastos 2 sem

Tá muito mal explicado. Muita gente sendo taxado em produtos abaixo de 50 dólares.



693 curtidas Responder Ver tradução



larikovaleski 2 sem

Eu comprei uma capinha de celular de 25 reais e fui taxada em 20 reais, como vocês explicam?



394 curtidas Responder Ver tradução



lumoraismakeup 2 sem

Fui taxada 2x por produtos abaixo de 50 dólares. Não procede essa informação



19 curtidas Responder Ver tradução



sarahfellix 2 sem

Ta bom, mostro esse post para quem Liberar minha encomenda de 65,00 que foi taxada em 87,00?



6 curtidas Responder Ver tradução



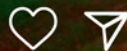


Instituto pelo Livre Mercado

**Quem mora
aqui paga o
"Custo Brasil" e
também 80%
de imposto.**

**Quem mora
aqui pode viajar
para driblar
ambos os
problemas.**

Escreva seu comentário aqui





Como o Congresso Nacional pode ajudar?

O que pode ser feito para manter a democratização do acesso a compras de lojas internacionais



Apoiar a aprovação do Projeto de Lei 3498/2023, proposto pelo Deputado Luiz Philippe de Orleães e Bragança (PL/SP)

Ementa

Altera o Decreto Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, para aumentar o valor de minimis na importação de USD 50,00 para USD 100,00, reduzir a alíquota do imposto de importação de 60% para 20% e aumentar o valor máximo das remessas expressas de USD 3.000,00 para USD 5.000,00.





Rejeita o Projeto de Lei 1623/2023, proposto pelo Deputado Júlio Lopes (PP/RJ)

EMENTA

Dispõe sobre a **revogação de isenção do imposto de importação** dos bens contidos em remessas de valor até cem dólares norte-americanos, ou o equivalente em outras moedas, quando destinados a pessoas físicas.





Instituto pelo Livre Mercado



O futuro da população está em suas mãos.

Aja agora para proteger aqueles que serão prejudicados com o fim do 'De Minimis' e garanta o acesso a produtos qualidade com o custo baixo para todos



Escreva seu comentário aqui





Instituto pelo Livre Mercado



INSTITUTO
LIVRE MERCADO



FRENTE PARLAMENTAR PELO
LIVRE MERCADO

**Conheça um pouco mais sobre o Instituto Livre Mercado
e a Frente Parlamentar pelo Livre Mercado**



ILM



FPLM

Escreva seu comentário aqui

